

FACULDADE SANTA LUZIA – FSL
CURSO DE ENFERMAGEM

GERLAYNI CRUZ SILVA

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL:
uma revisão sistemática

SANTA INÊS – MA
2024

GERLAYNI CRUZ SILVA

**ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL:
uma revisão sistemática**

Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso ao Curso de Enfermagem sendo requisito para obtenção do título de Enfermeiro pela Faculdade Santa Luzia.

Orientador: Prof.Esp. Alerrando Guimarães Silva

**SANTA INÊS – MA
2024**

GERLAYNI CRUZ SILVA

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL

uma tese de graduação

Área de atuação: Enfermagem com ênfase em Enfermagem da Criança e do Adolescente
Ciclo: Graduação

FICHA CATALOGRÁFICA

Silva, Gerlayni Cruz.

Assistência de Enfermagem em Crianças Vítimas de Abuso Sexual: Uma Revisão Sistemática / Gerlayni Cruz Silva - Santa Inês/MA: Faculdade Santa Luzia, 2024.

41 f.

Monografia (Graduação em Enfermagem) – Faculdade Santa Luzia, 2024.
Orientador(a): Prof. ^ª Alerrandro Guimarães Silva

Abuso sexual. 2. Enfrentamento. 3. Estratégias. I. Silva, Gerlayni Cruz. II. Silva, Alerrandro Guimarães Silva.

CDU 616-08

GERLAYNI CRUZ SILVA

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM CRIANÇAS VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL:
uma revisão sistemática

Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso ao Curso de Enfermagem sendo requisito para obtenção do título de Enfermeiro pela Faculdade Santa Luzia.

Orientador: Prof.Esp. Alerrandro Guimarães Silva

Data de Aprovação: _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof.Esp. Alerrandro Guimarães Silva
Faculdade Santa Luzia
(Orientador)

Prof
(1º Examinador)

Prof
(2º Examinador)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida, á minha família e a todos aqueles que contribuiram direta ou indiretamente nessa jornada.

RESUMO

RESUMO: Sabe-se que o abuso sexual às crianças em nosso país, apresentam índices bastante elevados, no entanto, faz-se necessário esse estudo, que tem como objetivo principal refletir estratégias para a assistência dos enfermeiros às crianças vítimas de tais abusos, visto que, tais cuidados são de grande valia, principalmente que visam uma prevenção significativa para o público em estudo. É válido lembrar que, vários são os problemas que dificultam a forma de como enfrentar a violência contra crianças, bem como, a maneira que os profissionais de saúde, lidam com tais situações, dessa forma e aparados com leis, que órgãos e instituições públicas e 6 entidades da sociedade civil, asseguram-se à proteção, à responsabilidade para agir e aplicar os instrumentos legais na proteção aos menores e punição aos autores que violarem tais sistemas. **Objetivos:** Fazer uma reflexão sobre a temática da assistência dos profissionais de enfermagem às crianças sobre suspeita de abuso sexuais, visando uma prevenção significativa e de maneira integral para este público alvo. **Metodologia:** Metodologicamente, utilizou-se um viés qualitativo, captando e separando de forma rigorosa artigos dos períodos de 2018 á 2024, de forma sistemática, que frente a uma minuciosa análise tinham conexão com o tema proposto. Respeitando os critérios de inclusão, separou artigos das bases de dados do Ministério da Saúde, da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Pubmed. Foram selecionados 08 artigos com intuito de discorrer acerca da temática. **Conclusão:** O estudo analisou que a assistência de um profissional quantificado para tais eventualidades, contribui bastante para que tenha-se o autocontrole, a partir do autoconhecimento, e assim tenha-se controle das emoções e limites, dando possibilidades para barreiras sejam rompidas e a problemática seja solucionada. Assim, para uma assistência efetiva e especializada as crianças e adolescentes que sofrem de abuso sexual é necessário de um atendimento humanizado, para isso acontecer é indispensável a união da equipe, sendo assim prestando uma assistência interdisciplinar, envolvendo médicos, enfermeiros, terapeutas, odontólogos, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos.

PALAVRA-CHAVE: Abuso sexual; Enfrentamento; Estratégias; Infantil; Profissionais de Enfermagem.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que o abuso sexual às crianças em nosso país, apresentam índices bastante elevados, no entanto, faz-se necessário esse estudo, que tem como objetivo principal refletir estratégias para a assistência dos enfermeiros às crianças vítimas de tais abusos, visto que, tais cuidados são de grande valia, principalmente que visam uma prevenção significativa para o público em estudo (Cavalcante, 2019)

É válido lembrar que, vários são os problemas que dificultam a forma de como enfrentar a violência contra crianças, bem como, a maneira que os profissionais de saúde, lidam com tais situações, muitas vezes, por falta de conhecimento reais dos casos, ou até mesmo por não saberem lidar com a grandiosidade que é o impacto desse fenômeno da sociedade, tanto no âmbito familiar, quanto na própria vida individual da criança (Cavalcante, 2019).

A partir do recorte para este estudo, é de grande relevância mencionar a Organização Mundial de Saúde (OMS), em que define o abuso sexual de crianças como “o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não comprehende totalmente, e não tem capacidade para dar seu consentimento informado ou para o qual a criança, por seu desenvolvimento, não está preparada e não pode consentir ou que viola as leis ou tabus sociais” (OMS, 2020)

As diversas são as consequências de abusos contra as crianças, sendo elas em vários níveis de gravidades, tais como: danos físicos e psicológicos, lesões genitais e anais, sangramentos, doenças sexualmente transmissíveis, distúrbios mentais, medos, baixo rendimento na escola, depressão, dentre outros.

O presente estudo traz contribuições e faz uma reflexão sobre a temática da assistência dos enfermeiros às crianças com suspeitas de abusos sexuais. É sabido que, tal cenário, desperta para o desenvolvimento de práticas ativas e ações a serem desenvolvidas para diminuir tais índices, salvo que, com a prevenção, e assistências dos profissionais, tenha-se resultados positivos e tanto o público alvo, quanto a sociedade possam alcançar os objetivos desejados e lograr êxito.

Para tanto, esta pesquisa vislumbra e identificar o perfil de tais crianças, também de buscar aos órgãos mantenedores a parceria no suporte aos 5 profissionais de saúde, sendo eles também, agentes colaboradores, sujeitos importantíssimos e participadores nesse processo de políticas sociais. Dados mundiais sobre abuso sexual envolvendo crianças tem sido apontado como caráter preocupante. Segundo os estudos estatísticos nos últimos anos, nos períodos de

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 OBJETIVOS.....	12
2.1 Objetivo Geral.....	12
2.2 Objetivos Específicos.....	12
3 REFERENCIAL TEÓRICO	13
3.1 A HISTÓRIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL.....	13
3.2 A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA	15
3.2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS.....	17
3.30 AUXILIO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM Á CRINÇAS VÍTIMAS DE ABUSO.....	20
4 METODOLOGIA.....	26
4.1 Tipo de Pesquisa.....	26
4.2 Seleção dos Estudos.....	26
4.3 Coleta de Dados.....	26
4.4 Análise dos Estudos.....	27
4.5 Interpretação dos Resultados.....	27
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS	37

ABSTRACT

ABSTRACT: It is known that sexual abuse of children in our country has very high rates, however, this study is necessary, whose main objective is to reflect strategies for nurses' assistance to children who are victims of such abuse, as that such care is of great value, especially as it aims at significant prevention for the public under study. It is worth remembering that there are several problems that make it difficult to deal with violence against children, as well as the way that health professionals deal with such situations, in this way and protected by laws, which public bodies and institutions and 6 civil society entities ensure protection, responsibility to act and apply legal instruments to protect minors and punish perpetrators who violate such systems. **Objectives:** To reflect on the topic of nursing professionals' assistance to children regarding suspected sexual abuse, aiming at meaningful and comprehensive prevention for this target audience. **Methodology:** Methodologically, a qualitative bias was used, rigorously capturing and separating articles from the periods from 2018 to 2024, in a systematic way, which, after a thorough analysis, had a connection with the proposed theme. Respecting the inclusion criteria, articles were separated from the databases of the Ministry of Health, the Scientific Electronic Library Online (SciELO), the Virtual Health Library (VHL) and Pubmed. Eight articles were selected with the aim of discussing the topic. **Conclusion:** The study analyzed that the assistance of a quantified professional for such eventualities contributes greatly to having self-control, based on self-knowledge, and thus having control over emotions and limits, giving possibilities for barriers to be broken and the problem is resolved. Thus, for effective and specialized assistance to children and adolescents who suffer from sexual abuse, humanized care is necessary. For this to happen, team unity is essential, thus providing interdisciplinary assistance, involving doctors, nurses, therapists, dentists, psychologists, social workers and pedagogues.

KEYWORDS: Sexual abuse; Coping; Strategies; Children's; Nursing Professionals.

2016 à 2017 de países do Reino Unido (Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales), contabilizaram cerca de 54.846 mil denúncias de violência sexual contra menores de 18 anos.

Tendo um crescimento significativo dos casos com os passar dos anos. Já no cenário brasileiro que não é muito diferente, dados da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, revelam que nos anos de 2015 e 2016, o disque 100 recebeu mais de 33 mil denúncias em relação ao tema em debate. Logo, o boletim epidemiológico do Ministério de Saúde, mostrou que de 2011 a 2018, foram notificados 184.524 mil casos de violência sexual, dos quais 76, 5% foram cometidos contra crianças e adolescentes, tal situação relaciona-se na vulnerabilidade dessa faixa etária (Castro, 2021).

É notório que, o abuso sexual caracteriza-se por ação de intenção sexual, podendo ocorrer em crianças ou adolescentes, tanto no âmbito intrafamiliar: entre pessoas que tenham laços afetivos próximos, quanto extrafamiliar-relação entre pessoas que não têm e nem possuem parentesco. Segundo os autores, é evidente que a violência sexual pode ser compreendida como ato de abusos por afetividades ou até mesmos por intencionalidade e estímulos entre as crianças e os adolescentes (Azevedo; Guerra, 1998, p. 33).

Caracterizando assim, violências específicas e peculiares. Nesse sentido, a pesquisa, discute a necessidade de uma atenção maior, quanto ao suporte a longo prazo para uma assistência às crianças, nos estados físicos e emocionais, sendo que elas estão vulneráveis e expostas a tais violências. (Azevedo; Guerra, 1998, p. 33).

A partir desse pressuposto, menciona-se como documento normativo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8. 069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, e define as crianças e os adolescentes como indivíduos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que precisam de proteção integral por parte de familiares, a sociedade e do estado (Cavalcante, 2019).

Enfim, é dessa forma e apoiados com leis, que órgãos e instituições públicas e 6 entidades da sociedade civil, asseguram-se à proteção, à responsabilidade para agir e aplicar os instrumentos legais na proteção aos menores e punição aos autores que violarem tais sistemas.

Visto isso a revisão é investigar até que ponto a assistência dos profissionais de enfermagens pode diminuir os elevados índices de crianças vítimas de abusos sexuais e como o profissional de enfermagem pode contribuir em um cenário de vulnerabilidade a partir da prática de abuso sexual contra uma criança.

Assim, justifica-se este estudo pela necessidade de ver-se que o cuidado com as crianças é imprescindível em qualquer situação no âmbito social. Entende-se que, a criança é totalmente diferente de um adulto, visto que ela tem suas próprias particularidades, singularidades e especificidades, ambas, precisam de uma abordagem diferenciada, mais compêndios e direta, levando em consideração o desenvolvimento e entendimento da própria criança, considerando seu grau de idade.

É nesse sentido que ressaltar-se para os cuidados, de maneira adequada tanto psicologicamente quanto emocionalmente dos profissionais que cuidam deste público. Muitas vezes, por comover-se com os casos deixam levar-se emocionalmente, colocando em risco o desenvolvimento das atividades.

2. OBJETIVOS

2. 1 Objetivo Geral

Fazer uma reflexão sobre a temática da assistência dos profissionais de enfermagens às crianças vítimas de abuso sexuais, visando uma prevenção significativa e de maneira integral para este público alvo.

2.2 Objetivos específicos

- Demonstrar a importância da equipe multidisciplinar de saúde na assistência às vítimas.
- Analisar assistência humanizada para crianças vítimas de violência sexual
- Discutir as dificuldades encontradas pelos profissionais de saúde, buscando soluções para esse problema.

3.REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A HISTÓRIA DA VIOLENCIA SEXUAL INFANTIL

Entende-se a infância como um período que vai do nascimento de uma criança até o início da fase da adolescência que se inicia aos 11 anos de idade. Dessa forma, ver-se que, é uma fase muito sensível no que diz respeito ao desenvolvimento do ser humano, visto que é a partir daí que se inicia o processo de estruturação afetiva e emocional, como também o desenvolvimento das áreas cerebrais, que correlacionam-se às personalidades, capacidade de aprendizagem e caráter (Altafim *et al.* 2018).

Em suma, ao longo do tempo a infância de várias crianças espalhadas pelo mundo, vêm sendo marcadas por atos de violências e abusos sexuais, ocorrendo assim em vários segmentos: classes sociais e econômicas, levando a episódios complexos, com diferentes causas e principalmente consequências graves às vítimas (Ferreira *et al.* 2014).

O contexto de violência contra criança e adolescente só expressa uma fragilidade da proteção social no País. Tendo como ponto de partida o contexto atual Brasil, os elementos sobre o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes a fim de analisar em que medida o cenário atual tem contribuído para ampliação dessa violação (Cavalcante, 2019).

A aproximação com a temática da violência contra crianças e adolescentes, tem revelado aspectos multifatoriais, a realidade social, as relações sociais, a interface do contexto familiar dentre outros, discutir a violência contra as crianças e adolescentes passam pela compreensão do tecido social, questões que constituem as relações sociais no modelo de sociedade vigente (Cavalcante, 2019)

O movimento histórico dessa temática se faz necessário aqui na busca de uma realidade meio a população infanto-juvenil que tem sido constantemente vitimizada, contradizendo os deveres e obrigações assumidos pelo Estado, sociedade e família para a proteção e promoção das crianças e adolescentes a uma vida sem violência. (Castro, 2021).

Contudo, é imperioso compreender que a violência seja qual for à natureza está ligada às questões estruturais e quem vivencia essa realidade bem como os impactos da violência, dada a complexidade de fatores que estão interligados as situações desse tipo de violação (Castro, 2021).

Embora presente na atualidade, o abuso e a exploração sexual contra crianças e adolescentes tem suporte em demandas com profundas raízes históricas, isso tudo sendo reflexos de um meio social que as vítimas de processo social não eram reconhecidos enquanto sujeitos de direitos. Na Idade Média, o sentimento de família era completamente desconhecido e não havia preocupação com a educação dos filhos e nesta época os ensinamentos era relacionado a serviços domésticos e estes eram uma forma de aprendizagem e educação (Altafim *et al.* 2018).

Assim esclarece Ariès (1981, pág.128) “essa prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum”. Nesta época pensava que as crianças eram indiferentes à sexualidade, ao prazer e, por esta razão, brincavam com ela dessa maneira.

FIGURA 01- O abuso infantil no Brasil



Fonte: Silva (2021)

No Brasil, foi somente no final do século XX, por meio das transformações dos saberes pedagógicos, psicológicos e da medicina que se comprehende a complexidade da criança e a necessidade de estabelecer seus direitos. Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.089/90) Lei esta de 1990 foi instaurada e considerada o marco inicial e decisivo para garantir

para as crianças e adolescentes fosse priorizada e inicializasse a proteção integral (Altafim *et al.* 2018).

E impulsionasse para que a família, estado e sociedade se responsabilizassem pelo cuidado bem como proporcionar condições adequadas, um avanço para a legislação que gerou a visibilidade de violências contra crianças e adolescentes, mas precisamente, à violência sexual, temática central do presente estudo (Altafim *et al.* 2018).

A questão cultural que coloca a criança como objeto de posse total dos adultos, então nas sociedades antigas era normal a violência contra criança, mutilações ou até mesmo sacrifícios, com os avanços sociais, a sociedade moderna atingindo seu ápice trouxe uma visão mais ampla acerca do conceito de infância e juventude e desses sujeitos que até então sem direitos, para garantir que esse movimento desse grupo social (Castro, 2021).

A concepção de infância e adolescência enquanto fase em que os sujeitos de direitos, no Brasil adotaram isso somente depois de algum tempo, que crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos. Antes vistos como objetos do Estado, e somente sendo protegidos quando encontravam-se na situação de menores abandonados que necessitavam de assistência ou menores infratores que necessitavam de medidas repressivas (Castro, 2021).

3.2 A VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇA

Segundo Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) a violência sexual infantil atualmente é conhecida como um problema grave de saúde pública, é de importância que tenha preparo tanto dos profissionais quanto das instituições de saúde para atuarem frente a esta questão. Compreende como, negligência, abusos físicos, emocionais e sexuais, o que é necessário destacar os mínimos indícios. Dentre as diversas formas de violências que conhecemos existe o abuso sexual infantil.

Existem práticas essas que na contemporaneidade já era considerada como infanticídio, ressalva que apesar dos esforços de diferentes setores da sociedade, ainda persiste a ocorrência de violência contra a criança, a qual se manifesta nas formas física, sexual, psicológica e negligência (Castro, 2021).

Observa-se ainda que, os serviços de Atenção Primária à Saúde (APS) oferecem ações de promoção e prevenção insipientes voltadas para adolescentes

com foco de atenção centrado em adolescentes do sexo feminino, especialmente em atividades de pré-natal e de planejamento familiar (Castro, 2021).

De fato, considerando que a adolescência é um período turbulento, marcado por significativas transformações nos aspectos biopsicossociais, os adolescentes estão mais expostos às situações de vulnerabilidade à saúde. Associado a isso, aborda que muitos adolescentes vivenciam o impacto dos processos de exclusão social relacionados à condição econômica, à orientação sexual, e ao acesso a bens de consumo que acabam por influenciar seu modo de viver e de adoecer (Altafim *et al.* 2018).

No Brasil nos termos do Estatuto da Criança e Adolescente assegura vários direitos para as crianças e adolescentes, como:

Prioridade absoluta (art. 4º); direitos inerentes à pessoa humana (art. 5º); proteção integral (art. 1º), que elas não sofreram negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Como também direito à liberdade, respeito e dignidade, direitos estes que estão previstos no art. 15 do Estatuto da Criança e Adolescente que exprime: “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. O direito ao respeito é previsto no art. 17 do Estatuto da Criança e Adolescente: “Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais”. Além da integridade moral, deve-se o respeito à integridade física da criança e do adolescente, tendo estes o direito a permanecerem livres de qualquer tipo de agressões físicas ou atentados contra a sua saúde (Galinfo *et al.* 2017)

São formas de violência: a) física (quando se tem ofensa à integridade ou saúde corporal); b) psicológica (ameaça, agressão verbal, constrangimento neste caso o *bullying* e alienação parental); c) sexual (violência onde ocorre a conjunção carnal, ato libidinoso, exploração sexual e tráfico de pessoas); d) institucional (praticada por instituição pública ou privada, podendo acarretar vitimização). Estas formas de violência estão previstas no art. 4º da Lei 13. 431/17 (sistema de garantias). O legislador preocupou-se em esclarecer os tipos e forma como cada uma delas ocorre. (Castro, 2021)

Embora o Estatuto da Criança e Adolescente assevere todos esses direitos, a criança e o adolescente diariamente são alvos de violência, por esta razão, criou-se a lei nº 13.431/17 (lei do sistema de garantias). O art. 1º da lei nº 13.431/17, exprime: Art. 1º Esta Lei normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, cria mecanismos para

prevenir e coibir a violência, nos termos do art. 227 da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos da Criança e seus protocolos adicionais, da Resolução nº 20/2005 do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e de outros diplomas internacionais, e estabelece medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência.

O artigo supracitado demonstra que a lei foi originada com a finalidade de prevenir e coibir a violência. A violência é um fenômeno que se dissemina nas relações interpessoais, implicando sempre na natureza humana, mas, por vezes esta passa a ser concebida e aceita como natural. A disseminação desta postura passa a ser gradativamente visível desde que passou a ser estudada com a preocupação em compreendê-la na busca para encontrar soluções de enfrentamento. e isto se aplica à violência contra crianças e adolescentes (Galinf *et al.* 2017)

3.2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) define a violência como: “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação”.

Define Castro (2021) os tipos de violência sexual contra crianças

FIGURA 02- Tipos de violência sexual contra crianças



Fonte: Campanha de Prevenção da Violência Sexual (2021).

Para os efeitos, violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda:

a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiros (Estatuto da Criança e do Adolescente).

b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico.

c) tráfico de pessoas, entendido como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da criança ou do adolescente, dentro do território nacional ou para o estrangeiro, com o fim de exploração sexual, mediante ameaça, uso de força ou outra forma de coação, rapto, fraude, engano, abuso de autoridade, aproveitamento de situação de vulnerabilidade ou entrega ou (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Com isso o índice de violência sexual contra crianças só aumentou nos últimos anos, conforme dispõe Castro (2022) em gráfico que segue.

FIGURA 03- Indíce de violência sexual contra crianças nos últimos anos

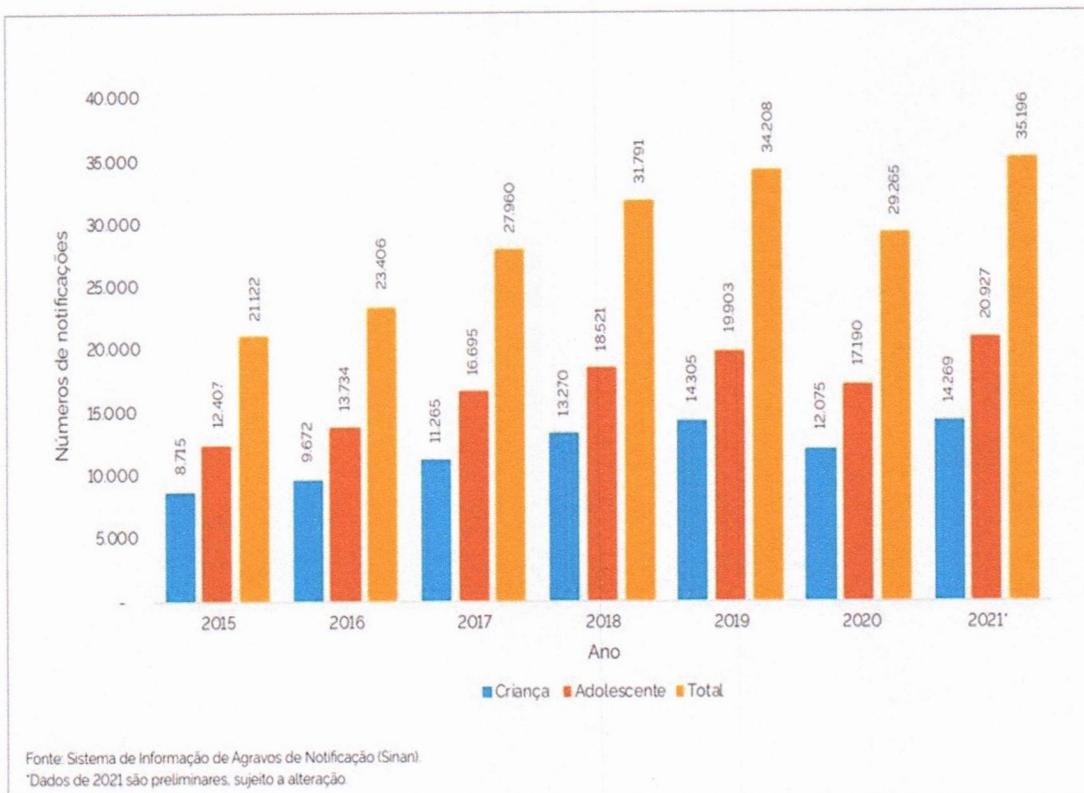


FIGURA 1 Número de notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, segundo ano de notificação. Brasil, 2015-2021

Fonte: SIANI (2022)

Por mais triste e deprimente que seja, a maioria dos abusos sexuais são intrafamiliares, no mesmo sentido afirma Nucci, que as práticas de abusos são mais comuns no seio familiar. Mais comum do que seria desejável, ele existe em diversos núcleos familiares, geralmente provocado pelo pai ou padrasto em relação ao (à) filho (a) pequeno (a). Igualmente, não são raras as vezes em que conta com a omissão da mãe ou madrasta, que não quer perder o marido ou companheiro, fazendo vista grossa ao abuso da prole (Nucci, 2021).

Noutros casos, a mãe simplesmente ignora os fatos, seja porque trabalha demais fora de casa, seja porque não presta a devida atenção no comportamento dos filhos. Em estudos, ao discutir-se sobre os impactos de tais violências a esse público, alguns estudiosos (Nucci, 2021)

Machado e Sanches (2014), citado por Silva e Melo (2018), relatam os principais distúrbios que estão relacionados à violência no dia a dia das crianças, assim por eles denominados de danos imediatos: raiva, ansiedade, medo, vergonha, pesadelos repetitivos, isolamento social etc. Nessa mesma perspectiva, Pimenta

(2009) associa que, sofrendo pelo abuso ou a violência, a tendência desses menores é sofrerem de várias maneiras.

Podendo até dentre elas apresentarem efeitos menores ou aparentes, outras, ou em sua grande maioria manifestarem de alguma forma problemas seríssimos, tanto físicos quanto psicológicos. Ao mencionar os fatores físicos é válido destacar que, são comuns as manifestações por partes das vítimas após o abuso, destaca-se: alterações físicas, desmaios, problemas com alimentações dentre outros. Já os problemas psicológicos (Mioranza *et. al.* 2018).

Em acréscimo, associam tais danos advindos da exposição à violência, sendo eles capazes de serem potencializadores danificadores na estrutura e do desenvolvimento integral da criança e adolescente, sendo fatores de sérios riscos à saúde futura do indivíduo (Silva e Melo, 2018).

Nesse sentido, quando fala-se no futuro, diz que, que a criança pode apresentar diversas formas de obter transtornos de estresse pôstraumático, dentre elas até a mais trágica: a ideia de suicídio, além dos riscos para a obtenção de DST/Aids já na vida adulta (Silva e Melo, 2018).

3.3 O AUXILIO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM Á CRINÇAS VÍTIMAS DE ABUSO

Os cuidados com às crianças precisam-se de uma visão de mundo mais abrangente, e melhor dizendo em todos os aspectos, pois é relevante considerar todo o processo. Um simples gesto, um olhar zeloso e diferenciado, consolida a chamada responsabilidade. Aqui, fala-se da importância da atuação dos profissionais da equipe de saúde (Mioranza *et. al.* 2018).

Nesse caso os Enfermeiros que são agentes participativas e com suas habilidades e conhecimentos, podem contribuir e muito nessa missão, em ações integrais e itinerantes em favor e defesa ao combate do abuso contra às crianças (Mioranza *et. al.* 2018).

Ao falar-se sobre ética, entende-se que é um papel relevante em todos os setores profissionais, para tanto, menciona-se o código de ética dos profissionais de enfermagem, Resolução COFEN- 240/2000, nele confere aos profissionais, seus direitos e deveres, como também suas responsabilidades e proibições que são observados no decorrer do exercício da profissão, assim, associado ao contexto em debate, destaca-se alguns artigos.

Dispõe no capítulo I, Dos Princípios Fundamentais, em seu artigo:

2º - O profissional de enfermagem participa como integrante da sociedade, das ações que visem satisfazer às necessidades de saúde da população.

3º - O profissional de enfermagem respeita a vida, a dignidade e os direitos da pessoa humana, em todo seu ciclo vital, sem discriminação de qualquer natureza. 4º

- O profissional de enfermagem exerce suas atividades com justiça, competência, responsabilidade e honestidade. É sabido que, a atuação do profissional de enfermagem em situações dessa natureza é muito relevante, dessa forma, imprescindível a organização e desenvolvimento da assistência de maneira integral, tais como: acolher bem a vítima e seus familiares, sempre fazer a identificação e notificação.

IMAGEM 04- Maio laranja



Fonte: Cavalcante (2021)

Esse amparo em todos os segmentos, vislumbra além de ajudar, auxilia no levantamento de hipóteses, e a partir daí, consolidar na solução da problemática, sempre atenta-se as demandas como também seu público alvo. Aqui, destaca-se o papel do profissional que tem como objetivo, contribuir com atitudes capazes de satisfazer um excelente atendimento correlacionando relações confiáveis (Parraga, 2010).

Tanto a vítima quanto a família, como bem frisou-se acima, proporcionando veracidade e transparência às informações colhidas para poder organizar o atendimento de acordo com o que se apresente (Parraga, 2010).

Não se pode descartar a possibilidade da identificação, ou seja, o profissional precisa entrevistar o responsável, na presença do menor, um momento importante de interação entre todos, visando uma observação macro do comportamento da criança. É nesse momento que surgem os índices indicadores: medos, distúrbios, sono, queda de rendimento escolar e outros (CIUFFO, 2008).

Sabe-se que tais indicadores citados acima, afetam toda a sociedade desde outrora. Sendo assim, trata-se de um problema de saúde pública sério, que precisa de uma olhar carinhoso, não só pelas suas causas e consequências, mas também pela necessidade da minimização de tais problemas que delas resultam, como explicam (Galinf *et al.* 2017) e (Afonso, 2013).

Assim complementando, relatam que, nos últimos tempos, a violência doméstica infantil tem um índice de maior causa de morte de crianças e jovens na faixa etária de 5 a 19 anos e algo que chama atenção é o fato de que a grande parte das agressões ocorridas foram dentro do próprio seio familiar. Em continuidade, menciona-se às consequências do abuso e o papel do profissional de saúde (Saraiva *et al.* 2012)

Daí, salientam de maneira bem clara que, tais causas impactam não só na formação da criança, mas também na estrutura familiar, visto que mesmo sem a manifestação de sintomas clínicos, podem apresentar diversas consequências psíquicas. Sobre a temática em estudo, a partir dos seus estudos, salientaram que os maus-tratos psicológicos raramente são fáceis a serem detectados (Silva *et al.* (2021)

Nesse sentido, pode-se destacar o papel do profissional de enfermagem, sendo ele um sujeito que pode aproximar-se dos pacientes, portanto, em uma situação que pode requerer uma observação mais técnica e aplicada quanto aos cuidados aos envolvidos, assim, esse profissional incumbira-se em envolver-se de maneira emocional tanto a vítima quanto aos familiares envolvidos (Bezerra *et. al.*, 2017).

Diante disso, cabe ao técnico passar segurança e firmeza, mediante as tomadas de decisões que poderão ser tomadas a respeito da temática em estudo. Contudo, a assistência dada ao público em questão, precisa ser compreendida como

um papel de grande significação, tendo em vista que conceituar maus tratos contra crianças e adolescente que é uma problemática e levantar hipóteses para futuras soluções (Bezerra *et. al.*, 2017).

Ações preventivas precisam ser pensadas, relacionadas e incluídas em diferentes áreas, tanto no que diz respeito a prevenção quanto a detecção precoce e na atenção aos cuidados dos menores. Uma vez que o abuso ocorreu, de imediato o cuidado precisa ser direcionado, visando não só a restauração do estado físico da criança, como também das necessidades psicoafetivas e emocionais (Silva; Souza, 2019).

Dessa forma, os cuidados de enfermagem desempenham um papel crucial nesse momento que é de garantir a atenção de forma integral do menor. Lidar com situações a respeito de abuso sexual contra crianças e adolescentes desde da enfermaria, faz-se necessário, uma sistematização científica de um bom trabalho do profissional, logo, necessita-se do desempenho na prevenção que é um papel primordial (Silva; Souza, 2019).

Em suma, após o mapeamento do caso, é de grande relevância e coerente, direcionar as vítimas aos tratamentos psicológicos e caso seja oportuno, encaminhar ao um órgão mantenedor, ou então aos assistentes sociais. É pertinente que todos os profissionais de enfermagens, estejam em todas as fases nesse processo envolvendo-se e conquistando as crianças (Falke *et. al.*, 2018).

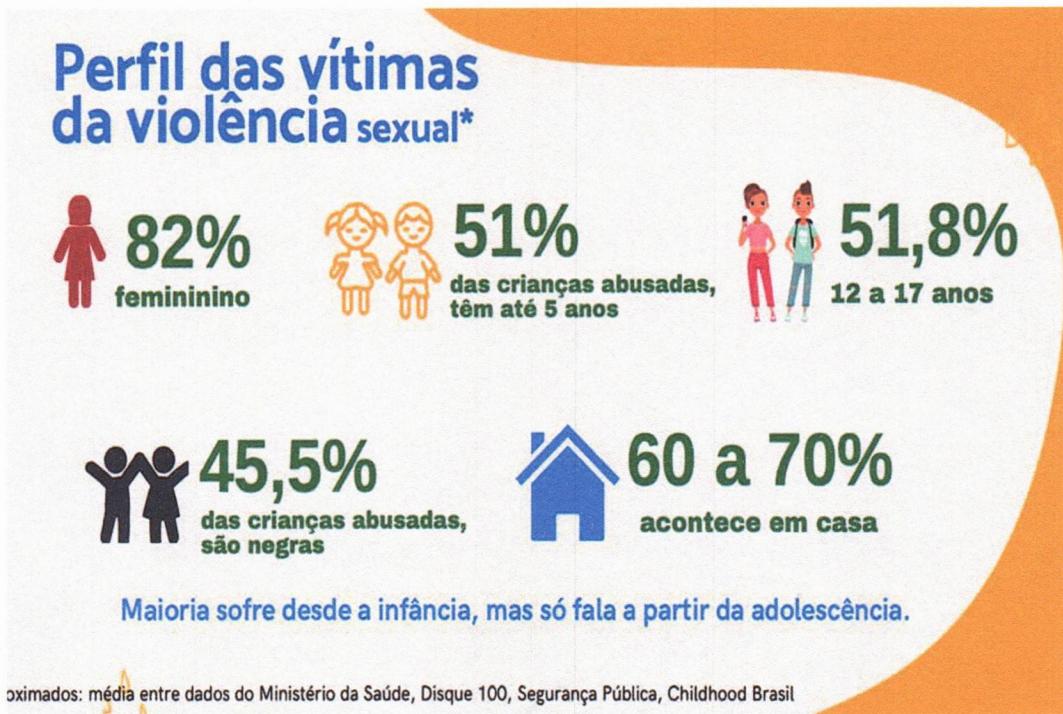
Daí cria-se verdadeiros vínculos afetivos de confiabilidades e ao expressarem cuidados, possam obter reciprocidade a partir das questões feitas, para que os menores ao sentirem-se amparados e confiantes, conseguem prosseguir sem medo de estarem sendo acuados. Destaca-se também a familiarização das crianças ao ambiente hospitalar, por intervenção da equipe que está envolvida, sempre dando explicações e esclarecendo seu verdadeiro papel no processo, bem como quais são os procedimentos que estão e serão realizados (Falke *et. al.*, 2018).

Segundo os estudos apontam que, alguns profissionais e na sua maioria, os enfermeiros não sintam-se confortáveis, na hora de uma realização na prática de atendimento às vítimas de violência sexual, muitos por não recebem treinamentos específicos, pois tratam-se de situações cautelosas e muito delicadas. E é pensando também na necessidade de alívio de sentimentos, que necessita se em pensar métodos e estratégias (Bazzan *et. al.* 2020).

Nos dias atuais casos emocionais em todos os setores e segmentos de trabalhos veem, causando sérios desafios as classes, sendo assim, ao preocupar-se com o bem-estar de um sujeito ativo e atuante na sociedade é também manter e garantir que este esteja, apto a exercer seu papel no mercado de trabalho, sem prejuízos tanto a sua sadia qualidade de vida quanto a seu ato profissional (Bezerra *et. al*, 2017).

Ao sentir-se capaz de exercer sua profissão com segurança, o próprio colaborador como cidadão de bem estará fazendo jus do seu trabalho, como também melhor assumirá o papel de contribuinte nesse processo de assistência de enfermagem aos crianças vítimas de abusos sexuais, que é tão crescente e desafiador na sociedade atual (Bezerra *et. al*, 2017).

Imagen 05- Perfil das vítimas de abuso



Fonte: Cavalvante (2021)

Nessa perspectiva, não se pode deixar de frisar a porta de entrada para que haja de maneira eficaz o atendimento às crianças vítimas de violência sexual, o Sistema Único de Saúde (SUS), sendo são unidades básicas, responsáveis pelos casos mais leves e moderados, já os hospitais de emergências, para 14 acompanhamento de casos mais graves e principalmente lesões mais profundas que exigem atendimentos especializados e hospitalares clínicos. Em conformidade,

menciona-se o protocolo da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), ele direciona que os menores que são vitimizados, precisam ser encaminhadas com segurança aos pontos de atendimentos e hospitais de referências para a faixa etária de idade de até 12 anos (Bezerra *et. al*, 2017).

4. METODOLOGIA

4.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa foi baseada em publicações de artigos entre os anos de 2019 ao ano de 2024, com temática o papel do enfermeiro no auxílio á crianças vítimas de abuso sexual. A revisão sistemática que tem por objetivo fornecer informações abrangentes sobre o evento estudado, podendo influenciar na tomada de decisão e na melhoria da prática clínica, além de apontar lacunas no conhecimento. O método é confiável e facilita a utilização do conhecimento científico já que condensa os resultados de várias pesquisas, tornando-os mais acessíveis ao leitor (Mendes; Silveira; Galvão, 2008 p.98).

4.2 SELEÇÃO DOS ESTUDOS

A busca por referências foi conduzida em três bancos de dados eletrônicos (Pubmed, Medline, e Scielo). Onde utilizou-se termos que foram definidos e aplicados uniformemente. Os termos usados nas buscas foram os seguintes: “Abuso sexual e Crianças” “Profissionais de enfermagem e Estratégias” ou “Estratégias e Profissionais de Enfermagem” utilizando OU, OR, AND. Utilizou-se referências na época de 2014 á 2024, e chegou-se á estudos escritos por enfermeiros, estudantes e outros profissionais da saúde. Os descritores utilizados na pesquisa foram a combinação de palavras em língua portuguesa. Com os descritores “Abuso sexual”; “Profissionais de enfermagem”; “Estratégias”.

4.3 COLETA DE DADOS

Baseado nos critérios de elegibilidade selecionou referências que posteriormente foram organizadas, trazendo estudos que trouxeram dados fidedignos ao presente estudo. Porém encontrou-se muitos estudos fora do objetivo e dados duplicados que foram excluídos, e as demais referências foram avaliadas pelo título e resumo, e consideradas elegíveis, e assim foram analisadas minuciosamente respeitando os critérios, de inclusão e exclusão.

4.4 ANÁLISE DOS ESTUDOS

A extração dos dados qualitativos e quantitativos foi realizada de forma independente os dados obtidos foram comparados para evitar erros. Posterior a avaliação de qualidade, chegou-se a um conjunto de artigos aceitos para a revisão

sistemática, assim irá se coletar os dados para responder às questões de pesquisa. A descrição do objetivo da pesquisa se encontra descrita da seguinte forma, o Propósito: Compreender; Descrever; Explicar. Em Relação: Identificar os desafios dos profissionais na saúde. Sob o ponto de vista: De autores e pesquisadores.

4.5 INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção serão descritos: o objetivo da pesquisa, o idioma e os critérios de seleção de artigos. Objetivo da Pesquisa Será considerado objetivo da pesquisa: Analisar saúde da família: estratégias cruciais frente à promoção de saúde ao paciente hipertenso.

Idiomas dos Artigos: O idioma escolhido português, sendo o mais adotado pela maioria dos periódicos relacionados com o tema.

Seleção de artigos: Os termos que foram utilizados foram também agrupados e combinados, na língua portuguesa. Para a efetuação realizou-se uma revisão, que procura buscar na íntegra estudos científicos sobre o tema abordado nessa proposta. Para contextualizar serão utilizadas amostras selecionadas em bases de dados de artigos científicos, documentos e capítulos, voltados para o tema trabalhado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram encontrados estudos nas bases de dados supracitadas anteriormente, após rigorosos critérios de exigibilidade, apenas 08 que tiveram compatibilidade com o tema, foram escolhidos que foram revisados por pares, para os desfechos, organizou em subgrupos por tempo e por tipo de realização buscando assim uma alta qualidade de evidência, esta seleção pode ser observada no Quadros que seguem.

QUADRO 1 – DESCRIÇÃO DOS ESTUDOS INCLUÍDOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA, SEGUNDO AUTOR (ES), TÍTULO E ANO DE PUBLICAÇÃO.

ANO	TÍTULO	AUTOR	LOCAL/PAÍS
2021	Papel do Enfermeiro na Proteção e Detecção de Violência Sexual Infantil	Rosa, Merlo e Oliveira	Pubmed
2023	O papel da enfermagem na atenção básica de pacientes vítimas de abuso sexual.	Falcão e Silva	Pubmed
2019	Assistência de Enfermagem a crianças vítimas de abuso sexual no serviço de saúde do Brasil.	Melo <i>et al.</i> ,	Scielo
2020	Atribuições do enfermeiro na assistência e no apoio psicossocial prestados á vitimas do abuso sexual infantil	França <i>et al.</i> ,	Pubmed
2020	Justiça organizacional e doença cardiometabólica: uma revisão sistemática.	Scalabrin, Silva, Menezes.	Pubmed
2021	O Papel do Enfermeiro na Violência Sexual de Crianças e Adolescentes	Lopes	Scielo
2024	Combate a violência sexual em crianças e adolescentes: qual o papel da enfermagem?.	Souza <i>et al.</i> ,	Scielo
2023	A atuação do enfermeiro emergencista: tecnologia digital como ferramenta auxiliar contra abuso sexual infantil	Dos Santos <i>et al.</i> ,	Lilacs

Fonte: (Próprio autor, 2024).

5.1 A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

A violência sexual é uma das formas mais danosas, no entanto, pouco se tem avançado no intuito de amenizar, prevenir suas consequências e a denúncia dos casos, favorecendo com que diversas crianças permanecem caladas diante deste ato nocivo e crescem em um local que as reprime e não favorece o seu desenvolvimento e crescimento. (Lopes, 2020)

O abuso sexual infantil é uma forma de violência que envolve coibição, controle, e aliciamento. Este acontecimento envolve duas proeminências que são básicas: gênero, que consiste nos casos de abusos em meninas e transgeracional, ou seja, mais frequente entre a faixa etária de 06 a 11 anos de idade onde ocorre a fase latente proeminente da sexualidade (França, 2020 p.125)

Geralmente é realizado sem o uso da força física e em grande maioria das vezes não deixa marcas visíveis, o que dificulta ainda mais o reconhecimento do abuso (França, 2020)

O sexo feminino é mais predominante/vulnerável, e as consequências desse abuso na vítima englobam desde déficits emocionais a transtornos mentais e físicos, entre outros fatores associados que podem favorecer o abuso sexual infantil, presentes no âmbito familiar: O uso de drogas, mãe ausente, desemprego, vitimização e dificuldades econômicas (França, 2020)

O crime de violência sexual vai ocasionar danos, que se não for devidamente assistido e tratado será motivo de consecutivos traumas na vida adulta, como depressão que é exposto como transtorno mental de distúrbio afetivo, uma doença grave e prevalente na população em geral, que é a maior causa de suicídios (Dos Santos, 2023)

Outros traumas como sentimento de culpa, deficiências cognitivas e a hipertextualidade que por sua vez pode levar a prostituição, gravidezes indesejadas, doenças sexualmente transmissíveis, gerando assim uma rede de malefícios para a vítima e a saúde em geral (Santos, 2023)

Além destes aspectos, a criança e os adolescentes vítimas de violência sexual, podem desenvolver sinais e sintomas que promovem repercussões negativas diretas a saúde desses indivíduos as quais se destacam como: 1- Agressividade, ansiedade e medo de contato físico, sentimentos de vergonha e culpa, ideal suicida; 2-transtorno de personalidade; 3-Hiperatividade e atitudes depressivas; 4-Masturbação de maneira compulsiva. (Lopes, 2020)

Segundo Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) a violência sexual infantil atualmente é conhecida como um problema grave de saúde pública, é de importância que tenha preparo tanto dos profissionais quanto das instituições de saúde para atuarem frente a esta questão. Compreende como, negligência, abusos físicos, emocionais e sexuais, o que é necessário destacar os mínimos indícios.

Práticas essas que segundo Castro (2021) na contemporaneidade já era considerada como infanticídio, ressalva que apesar dos esforços de diferentes setores da sociedade, ainda persiste a ocorrência de violência contra a criança, a qual se manifesta nas formas física, sexual, psicológica e negligência. Observa-se ainda que, os serviços de Atenção Primária à Saúde (APS) oferecem ações de promoção e prevenção insipientes voltadas para adolescentes.

De fato, considerando que a adolescência é um período turbulento, marcado por significativas transformações nos aspectos biopsicossociais, os adolescentes estão mais expostos às situações de vulnerabilidade à saúde. Associado a isso, aborda que muitos adolescentes vivenciam o impacto dos processos de exclusão social relacionados à condição econômica, à orientação sexual, e ao acesso a bens de consumo que acabam por influenciar seu modo de viver e de adoecer (ALTAFIM *et al.* 2018).

No Brasil nos termos do Estatuto da Criança e Adolescente assegura vários direitos para as crianças e adolescentes, como: prioridade absoluta:

(art. 4º); direitos inerentes à pessoa humana (art. 5º); proteção integral (art. 1º), que elas não sofreram negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Como também direito à liberdade, respeito e dignidade, direitos estes que estão previstos no art. 15 do Estatuto da Criança e Adolescente que expõe: “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”.

5.2 CONSEQUENCIAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

Por mais triste e deprimente que seja, a maioria dos abusos sexuais são intrafamiliares, no mesmo sentido afirma Nucci, que as práticas de abusos são mais comuns no seio familiar. Mais comum do que seria desejável, ele existe em diversos núcleos familiares, geralmente provocados pelo pai ou padrasto em relação ao (à) filho (a) pequeno (a) (Nucci, 2021).

Igualmente, não são raras as vezes em que conta com a omissão da mãe ou madrasta, que não quer perder o marido ou companheiro, fazendo vista grossa ao

abuso da prole. Noutros casos, a mãe simplesmente ignora os fatos, seja porque trabalha demais fora de casa, seja porque não presta a devida atenção no comportamento dos filhos (Nucci, 2021, pág. 370).

Em estudos, ao discutir-se sobre os impactos de tais violências a esse público, relatam os principais distúrbios que estão relacionados à violência no dia a dia das crianças, assim por eles denominados de danos imediatos: raiva, ansiedade, medo, vergonha, pesadelos repetitivos, isolamento social etc (Sanches, 2018).

Nessa mesma perspectiva, associa que, sofrendo pelo abuso ou a violência, a tendência desses menores é sofrerem de várias maneiras. Podendo até entre elas apresentarem efeitos menores ou aparentes, outras, ou em sua grande maioria manifestarem de alguma forma problemas seríssimos, tanto físicos quanto psicológicos (Pimenta, 2018)

Ao mencionar os fatores físicos é válido destacar que, são comuns as manifestações por partes das vítimas após o abuso, destaca-se: alterações físicas, desmaios, problemas com alimentações dentre outros. Já os problemas psicológicos, descrevem alguns sintomas: baixa autoestima, agressividade, isolamento, depressão etc... (Mioranza, 2018)

Em acréscimo, associam tais danos advindos da exposição à violência, sendo eles capazes de serem potencializadores danificadores na estrutura e do desenvolvimento integral da criança e adolescente, sendo fatores de sérios riscos à saúde futura do indivíduo. Nesse sentido, quando fala-se no futuro (Silva e Melo, 2018)

Diz que, que a criança pode apresentar diversas formas de obter transtornos de estresse pôstraumático, dentre elas até a mais trágica: a ideia de suicídio, além dos riscos para a obtenção de DST/ Aids já na vida adulta. O enfermeiro possui inúmeras funções, tratando cuidados a vítima de violência sexual (Silva e Melo, 2018)

Incluindo fatores relacionados a educação em saúde, reconhecimento e a notificação dos casos confirmados ou suspeitos. É importante que o profissional possa aderir a implementação tecnológica, em especial conteúdos que possam abordar e auxiliar no enfrentamento contra violência sexual, já que as novas tecnologias garantem um processo rápido e assertivo, mesmo que ainda em caráter de escassez (Santos, 2023)

O profissional de enfermagem que lida com a saúde pública deve portar o conhecimento necessário sobre a violência em crianças e adolescentes de modo a prestar um atendimento de qualidade. Além disso, ser resolutivo e implementar um plano de cuidados à vítima e à família (Souza *et al.*, 2024).

Essa violência pode ocorrer de diversas formas, como: sem toque, através de fotos, carícias, pornografia, penetração, sexo oral entre outros. Como consequência podem gerar sequelas físicas e psicológicas que acompanham a vítima para o resto da vida. (Souza *et al.*, 2024).

A violência sexual é um fator que interfere nas áreas emocionais, de desenvolvimento cognitivo, causando danos físicos e psicossociais em crianças vítimas. A violência sexual é abrangente, pois possui ramificações que vão desde os comentários relacionados à sexualidade, até o ato sexual com ou sem consentimento de um indivíduo que não possua maturidade para tal ato (Figueiredo, 2023).

Apesar de limitações e uma verdadeira carência por parte de pesquisadores e desenvolvedores, tecnologia e aplicativos podem ser ferramentas na construção de conhecimento. Considerando o aumento da complexidade dos casos de abuso infantil e a demanda do trabalho do enfermeiro aumentando, há a fomentação para o uso da tecnologia móvel para agilizar o trabalho.

Diante disso, o profissional de enfermagem deve atentar-se aos sinais apresentados pelo paciente, mostrar empatia e notificar ao conselho tutelar. Com relação aos cuidados de enfermagem utilizados frente às situações de abuso sexual, verifica-se que a literatura aponta para a necessidade de cuidados que englobem ações que vão desde os aspectos físicos, psicológicos e sociais sofridos pela vítima até os envolvidos nessa situação, como família, o abusador e a sociedade em geral (Souza *et al.*, 2024).

Há, portanto, a necessidade da construção e da validação de aplicativos que sejam voltados para a educação e para a promoção da saúde das crianças. A tecnologia móvel para o enfermeiro garante o compartilhamento de dados na assistência, incluindo a aquisição de experiência e empoderamento do cliente ao ajudá-lo em sua compreensão (Figueiredo, 2023).

De modo a garantir auxílio ao enfermeiro, desenvolveu-se um protocolo com os mecanismos de identificação de abuso sexual infantil. Espera-se que este documento futuramente possa se tornar uma ferramenta digital de auxílio em

situação de atendimento a uma criança abusada, seja em sua abordagem ou em sua identificação (DOS SANTOS, 2023)

5.3 O PAPEL DO ENFERMEIRO NO ENFRENTAMENTO CONTRA O ABUSO INFANTIL

O código de ética do profissional de enfermagem, Resolução COFEN-240/2000 confere aos profissionais estes direitos, deveres, responsabilidades e proibições a ser observados durante o seu exercício profissional, o que diante do contexto da violência sexual ressalta-se alguns artigos. Dispõe no capítulo I, Dos Princípios Fundamentais, em seu artigo:

- 2º - O profissional de enfermagem participa como integrante da sociedade, das ações que visem satisfazer às necessidades de saúde da população.3º - O profissional de enfermagem respeita a vida, a dignidade e os direitos da pessoa humana, em todo seu ciclo vital, sem discriminação de qualquer natureza.4º - O profissional de enfermagem exerce suas atividades com justiça, competência, responsabilidade e honestidade.

A atuação do enfermeiro diante de uma situação como esta é muito importante. Para melhor compreensão, dividiremos o processo de assistencial em três etapas. O acolhimento de um modo geral é o amparo em vários aspectos a alguém que procura ajuda/auxílio/solução de algum problema e, no contexto da violência sexual contra a criança e o adolescente, o enfermeiro tem que dar uma resposta a esta procura/demandas (Melo *et al.*, 2019)

O profissional tem que ter atitudes capazes de satisfazer o atendimento como um todo, estabelecendo uma relação de confiança com a vítima e/ou sua família, de forma a proporcionar transparência acerca das informações obtidas para organizar o atendimento conforme ele se apresente (Melo *et al.*, 2019)

Além disso, a equipe de enfermagem deve ser treinada em perícias forenses para orientar a identificação e recuperação de evidências, visto que a assistência de enfermagem é um dos primeiros contatos com a vítima. Ao todo, destaca-se a necessidade de uma atenção para com o processo, uma padronização de modo a facilitar atuação rápida (Dos Santos, 2023).

Na identificação de casos por parte do enfermeiro emergencial, de modo a proceder rapidamente com o acolhimento, notificação, evitando exposição da vítima e maiores desconfortos devido a excessos burocráticos ou inespecíficos (Dos Santos, 2023)

A importância da qualificação do enfermeiro, não somente no âmbito acadêmico, mas também na esfera emocional e psicológica frente a estes casos, já que há comoção dos profissionais envolvidos por se tratar de seres incapazes e por vezes indefesos. Dessa forma, é necessário que a equipe desenvolva um trabalho humanizado e reconheça a necessidade de se preparar melhor para esta triste realidade (Rosa, 2021).

Assim podemos afirmar que a redução dos abusos está também diretamente ligada a capacidade do enfermeiro e demais profissionais, sendo essencial a presença de instrumentos e diretrizes claras para que se possa combater de forma eficiente esse crime (Rosa, 2021)

Segundo Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) a violência sexual infantil atualmente é conhecida como um problema grave de saúde pública, é de importância que tenha preparo tanto dos profissionais quanto das instituições de saúde para atuarem frente a esta questão. Compreende como, negligência, abusos físicos, emocionais e sexuais, o que é necessário destacar os mínimos indícios.

Práticas essas que na contemporaneidade já era considerada como infanticídio, ressalva que apesar dos esforços de diferentes setores da sociedade, ainda persiste a ocorrência de violência contra a criança, a qual se manifesta nas formas física, sexual, psicológica e negligência (Castro, 2021)

Observa-se ainda que, os serviços de Atenção Primária à Saúde (APS) oferecem ações de promoção e prevenção insipientes voltadas para adolescentes com foco de atenção centrado em adolescentes do sexo feminino, especialmente em atividades de pré-natal e de planejamento familiar (Castro, 2021).

No Brasil nos termos do Estatuto da Criança e Adolescente assegura vários direitos para as crianças e adolescentes, como: Prioridade absoluta (art. 4º); direitos inerentes à pessoa humana (art. 5º); proteção integral (art. 1º), que elas não sofreram negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Como também direito à liberdade, respeito e dignidade, direitos estes que estão previstos no art. 15 do Estatuto da Criança e Adolescente que exprime: “a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis”. O direito ao respeito é previsto no art. 17 do Estatuto da Criança e Adolescente: “Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança

e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais". Além da integridade moral, deve-se o respeito à integridade física da criança e do adolescente, tendo estes o direito a permanecerem livres de qualquer tipo de agressões físicas ou atentados contra a sua saúde (Galinfo *et al.* 2017)

De fato, considerando que a adolescência é um período turbulento, marcado por significativas transformações nos aspectos biopsicossociais, os adolescentes estão mais expostos às situações de vulnerabilidade à saúde. Associado a isso, aborda que muitos adolescentes vivenciam o impacto dos processos de exclusão social relacionados à condição econômica, à orientação sexual e ao acesso a bens de consumo que acabam por influenciar seu modo de viver e de adoecer (Altafim *et al.* 2018).

Nesse sentido, pode-se destacar o papel do profissional de enfermagem, sendo ele um sujeito que pode aproximar-se dos pacientes, portanto, em uma situação que pode requerer uma observação mais técnica e aplicada quanto aos cuidados aos envolvidos, assim, esse profissional incumbira-se em envolver-se de maneira emocional tanto a vítima quanto aos familiares envolvidos (Bezerra *et. al.*, 2017).

E assim ressaltar-se para os cuidados, de maneira adequada tanto psicologicamente quanto emocionalmente dos profissionais que cuidam deste público. Muitas vezes, por comover-se com os casos deixam levar-se emocionalmente, colocando em risco o desenvolvimento das atividades.

Por isso, uma assistência de um profissional qualificado para tais eventualidades, contribui bastante para que tenha-se o autocontrole, a partir do autoconhecimento, e assim tenha-se controle das emoções e limites, dando possibilidades para barreiras sejam rompidas e a problemática seja solucionada.

Assim, para uma assistência efetiva e especializada as crianças e adolescentes que sofrem de abuso sexual é necessário de um atendimento humanizado, para isso acontecer é indispensável a união da equipe, sendo assim prestando uma assistência interdisciplinar, envolvendo médicos, enfermeiros, terapeutas, odontólogos, psicólogos, assistentes sociais e pedagogos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo analisou com bases em estudos as estratégias por enfermeiros no auxílio a crianças vítimas de violência sexual. Observou-se que a violência sexual contra crianças e adolescentes, ainda podem ser consideradas em níveis alarmantes, levando-se em consideração que o cenário é caracterizado na maioria das vezes por vítimas de menor idade e do sexo feminino e que por vezes ocorrem no próprio seio familiar, aqueles que deviam proteger.

Assim restou notado que é indispensável a implementação de práticas dentro de uma rede integrada de serviços na busca de proporcionar a sensibilização de profissionais para o enfrentamento da violência sexual, visando à proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Dessa forma, quando a criança vítima deve ser encaminhada a serviços de pronto atendimentos, deve haver um mapeamento prévio e sondagem, pós a alta necessitam de acompanhamento atendendo as necessidades de uma equipe multiprofissional.

Nesse sentido, acompanhar e reconhecer diversos sinais e formas de atos contra crianças, é por conseguinte fazer parte da rotina dos profissionais de saúde, bem como observações a essas situações, que, a grande maioria das vezes, é de grande complexidade, daí um olhar mais delicado por parte de todos. A atenção aos detalhes e principalmente as suspeitas é essencial nesse percurso, principalmente quando há relatos e comprovação de maus tratos, requer, além de sensibilidade, habilidade e comprometimento com a causa.

Como pauta de estudo, esta pesquisa traz aos profissionais de enfermagens que podem ser envolvidos neste processo de assistências aos crianças, visto que, a essência da enfermagem é garantir “o bem-estar e o conforto do cliente, pois exige dos profissionais, além do esforço para um atendimento, também seja humano e responsáveis”.

REFERÊNCIAS

AFONSO, V.L.F. et al. Conhecimentos dos enfermeiros sobre a suspeita e detecção de maus tratos na criança. 2013. Tese de Doutorado. **Instituto Politécnico de Viseu. Escola Superior de Saúde de Viseu.** Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1253343> Acesso em: 25 outubro de 2021.

ALELUIA, E. et al. Repercussões do abuso e exploração sexual na criança e adolescente e a importância da qualificação da enfermagem frente aos casos: revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 52, 2020. Disponível em: Acesso em: 04 julho 2023.

ALTAFIM, E.R.P. et al. Medindo o desenvolvimento da primeira infância no Brasil: validação do Caregiver Reported Early Development Instruments (CREDI). **Jornal de pediatria**, v. 96, p. 66-75, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jped/a/Rqmnp8kGkkt8JSDhpvXgC6j/?lang=pt> HYPERLINK "<https://www.scielo.br/j/jped/a/Rqmnp8kGkkt8JSDhpvXgC6j/?lang=pt&format=pdf>"& HYPERLINK "<https://www.scielo.br/j/jped/a/Rqmnp8kGkkt8JSDhpvXgC6j/?lang=pt&format=pdf>"> Acesso em: 04 junho de 2023.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1973.

BAZZAN, Jéssica. et al. Assistência de enfermagem a criança/adolescente vítima de violência. Revista online de pesquisa cuidado é fundamental, Rio de Janeiro, p.115-123, 12 jan. 2020. ISSN 2175-5361.

_____. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. 2013. Disponível em . Acesso em 13 de outu de 2021.

BEZERRA, Cristiane; MELO, Rosana; SOUZA, Sinara. Cuidados de enfermagem á criança e adolescente em violência doméstica na visão de graduandos de enfermagem, **Bogotá**, 12 dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S012145002017000300293&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 06 julho. 2023

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 7 de setem 2021.

CAVALCANTE, Christina Souto, SANTOS, Derlene Aparecida Teles, SIQUEIRA, Sue Christine, SANTANA, Tainara Sardeiro Santana, & Kênia Celestino Araújo .

(2019). Assistência de enfermagem em crianças que sofreram abuso sexual. *Referências Em Saúde Do Centro Universitário Estácio De Goiás*, 2(01), 121125. Recuperado de: <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/rrsfesgo/article/view/254>.

CASTRO, M. A. M. ; SILVA, A. R. A. ; SANTANA, T. M. S. ; SILVA, R. M. O. ; SILVA, F. F. ; LIMA, L. de S. ; FERREIRA, S. da S. ; SILVA, R. A. N. ; ABREU, V. P. L. ; LIMA, T. O. S. de ; FERREIRA, R. K. A. . Nursing care as a victim of sexual violence. *Research, Society and Development*, [S. I.], v. 11, n. 2, p. e38011225817, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i2.25817. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/25817>. Acesso em: 14 may. 2024.

DEL BIANCO, OM; TOSTA, RM. Abuso sexual infantil, trauma e depressão na vida adulta: um estudo de caso. *Gerais, Rev. Interinst. Psicol.*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 1-25, ago. 2021. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198382202021000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 mai. 2024.

DOS SANTOS, J. L. V. da S.; VADOR, R. M. F.; MENÉSES, T. M. F. A atuação do enfermeiro emergencista: tecnologia digital como ferramenta auxiliar contra abuso sexual infantil. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. I.], v. 6, n. 6, p. 30762-30772, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n6-318. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/65403>. Acesso em: 15 may. 2024.

FALKE, Ana. MILBRATH, Viviane. FREITAG, Vera. Estratégias utilizadas pelos profissionais da enfermagem na abordagem a criança hospitalizada. *Revista Contexto & Saúde*, Pelotas, vol. 18, n. 34, p. 9-14, jun. 2018. ISSN 2176-7114.

FERREIRA, A.C. et al. O enfermeiro frente à problemática da criança e do adolescente vítima de violência sexual. *Revista Uniandrade*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 71-93, 25 nov. 2014. Disponível em: <https://revista.uniandrade.br/index.php/revistauniandrade/article/view/45>. Acesso em: 04 junho 2023.

FIGUEIREDO, A. G. J. DE, & SILVA, R. M. da. (2023). O papel da enfermagem na atenção básica de pacientes vítimas de abuso sexual. *Revista REVOLUA*, 2(2), 301311. Recuperado de: <https://revistarevolua.emnuvens.com.br/revista/article/view/44>

FRANÇA, A. H. R.; CARVALHO, P. R. da S.; MONTEIRO, V. C. M.; SILVA, A. J. Q.; FERNANDES, D. C. A.; SOUZA, I. M. J. de; PINTO, M. K. G.; PEIXOTO, W. Q. Atribuições do enfermeiro na assistência e no apoio psicossocial prestados á vitimas do abuso sexual infantil / Nurse's duties in care and psychosocial support provided to victims of child sexual abuse. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. I.], v. 3, n. 3, p. 6863-6879, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n3-224. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/12148>. Acesso em: 15 may. 2024.

LOPES, C. DE L. (2020). O Papel do Enfermeiro na Violência Sexual de Crianças e Adolescentes. *Revista Psicologia & Saberes*, 9(15), 125–140. Recuperado de <https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/1162>.

MELO, F., ROBERTO, N. T. S., CAVALCANTE, J. H. A., & SOARES, A. C. DE O. (2019). Assistência de Enfermagem a crianças vítimas de abuso sexual no serviço de saúde do Brasil. *Caderno De Graduação - Ciências Biológicas E Da Saúde - UNIT - ALAGOAS*, 5(3), 49. Recuperado de <https://periodicos.set.edu.br/fitsbiosaude/article/view/6167>

NUCCI, Guilherme de Souza. **Crimes contra a Dignidade Sexual**. Comentários à Lei.2022. Disponível em: <https://cadernos.esp.ce.gov.br/index.php/cadernos/article/view/141>.

ROSA, G. S. R., MERLO, T., & OLIVEIRA, L. B. (2021). Papel do Enfermeiro na Proteção e Detecção de Violência Sexual Infantil Intrafamiliar. *Epitaya E-Books*, 1(13), 66-88. <https://doi.org/10.47879/ed.ep.2021373p66x>.

SILVA, Bárbara. SOUZA, Nicolli. Importância da enfermagem no reconhecimento de abuso sexual em crianças. **Revista científica online**, Minas Gerais, v. 11, n.2, p. 15-23, 2019, ISSN 1980-6957.

SILVA, P.L.N. et al. Desafios da atuação do enfermeiro frente à violência sexual infanto-juvenil. **J. nurs. health**, p. 2111219482-2111219482, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19482/12977>> Acesso em: 04 julho de 2023.12.015, de 07 de agosto de 2009. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.

SOUZA, M. C. DE, CERQUEIRA, S. DE J., SOUZA, C. G. DA S., JESUS, A. S. DE, OLIVEIRA, T. G. DE, SOUSA, B. DE J., & MARQUES, J. A. M. (2024). COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: QUAL O PAPEL DA ENFERMAGEM?. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 10(4), 935–946. <https://doi.org/10.51891/rease.v10i4.13499>.

PERES LUSTOSA A, DE SOUZA PEREIRA A, PEDROSA MOREIRA D, SOUSA DA SILVA AP, DE ANDRADE MARQUES L, EYRE DE SOUZA VIEIRA6 LJ. Abuso Sexual contra crianças: Evidências para o cuidado de enfermagem. **Cadernos ESP [Internet]**. 4º de outubro de 2019 [citado 14º de maio de 2024];8(2):50-63.